

Brasil



No Brasil, as principais instituições de direitos humanos estão concentradas no âmbito do poder executivo. Entre elas, está a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), que possui status de ministério desde 2003. A SDH-PR é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. Também vinculadas à Presidência da República, e com o mesmo status ministerial, estão a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), criadas em 2003, ao mesmo tempo em que a SDH era elevada à sua hierarquia atual. Outros ministérios possuem também áreas internas ou instituições de direitos humanos vinculadas que trabalham temas específicos, como é o caso, por exemplo, da Comissão de Anistia e da Fundação Nacional do Índio, vinculadas ao Ministério de Justiça.

A estrutura institucional dos poderes Legislativo e Judiciário também conta com áreas dedicadas a questões de direitos humanos, como é o caso das comissões temáticas da Câmara de Deputados e do Senado Federal. Entre as instituições extra-poderes, deve destacar-se a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, sob responsabilidade do Ministério Público da União, que possui a função de velar pelo efetivo cumprimento dos direitos humanos dos demais poderes públicos.

Existe ainda uma importante instituição nacional para a promoção e defesa dos direitos humanos que se encontra atualmente em pleno processo de reestruturação e fortalecimento: o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), órgão colegiado vinculado administrativamente à SDH-PR. Com a recente reforma, o Conselho passou a ter, entre outras atribuições, a promoção e a defesa dos direitos humanos por meio de medidas preventivas, protetoras, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. Espera-se que com o redesenho do Conselho, ele possa solicitar reconhecimento junto à Organização das Nações Unidas como Instituição Nacional de Direitos Humanos, segundo os Princípios de Paris de 1992.

Historicidad Institucional

A transição democrática no Brasil, à diferença de outros países da região, foi liderada pelo próprio regime militar, que cunhou o processo como “distensão lenta, gradual e segura”. Os militares procuraram conduzir lentamente o processo transicional a fim de evitar a irrupção de uma ofensiva oposicionista e a evidência do fracasso do modelo autoritário. O modelo “conciliatório” de transição – materializado na Lei de Anistia – impediu, por exemplo, que se julgassem os crimes de graves violações aos direitos humanos ocorridas durante o regime militar e deixou para o Brasil um forte legado autoritário.

No entanto, apesar de uma justiça transicional incompleta, foi a partir da restauração da democracia, e com a garantia constitucional dos direitos humanos consagrada na nova Carta Magna em 1988, que se permitiu a aprovação de uma vasta normatividade de direitos humanos, a criação de inúmeras instituições e a adoção de medidas que permitiram que os direitos humanos se convertessem, gradualmente, em uma política de Estado.

Nos primeiros anos do atual período democrático no Brasil, esta institucionalidade se demonstrou extremamente frágil, cedendo às pressões do novo modelo neoliberal que vinha sendo instaurado no Brasil. Em 1990, por exemplo, como parte de uma profunda reforma administrativa, se desativou por nove meses o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, único órgão que trabalhava com a promoção e defesa dos direitos humanos no governo federal neste momento e que havia mantido suas atividades até mesmo durante a ditadura.

A partir de meados dos anos 90, tem início um importante processo de institucionalização em direitos humanos e de abertura à participação popular na elaboração de políticas públicas. Alguns destaques deste período são a criação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (1993), a instalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (1995), a realização da primeira Conferência Nacional de Direitos Humanos que gerou o Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (1996), e a instituição da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada inicialmente ao Ministério de Justiça (1997).

A década de 2000, por sua vez, está marcada pelo maior fortalecimento desta institucionalidade, que recebeu um papel central na estrutura administrativa do governo federal. Exemplos disso são a atribuição de status de ministério à Secretaria de Direitos Humanos e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ambas também com status ministerial. Esse período também se caracteriza pelo aumento das políticas de participação social e das políticas sociais com ênfase na inclusão e na redução da desigualdade, que, juntamente com a proliferação e fortalecimento das instituições existentes, geraram uma política de direitos humanos integral marcada por uma metodologia transversal a todas as áreas do governo, consubstanciada principalmente no III Programa Nacional de Direitos Humanos (2009).

Apesar da grande evolução em termos de institucionalidade em direitos humanos desde a restauração da democracia, somente nos últimos anos foi possível que se avançasse de maneira significativa em políticas de memória e verdade referentes ao passado autoritário. Neste sentido,

tem um papel fundamental a criação recente da Comissão Nacional da Verdade (2012) - destinada a apurar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 - e o fortalecimento institucional da Comissão de Anistia - que recebeu novos mandatos e passou a formular e executar políticas educativas em temas de memória e reparação.

Temas de agenda y líneas de acción

O III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançado em 21 de dezembro de 2009, marca algumas das prioridades temáticas em termos de organização da política pública em direitos humanos no Brasil. Neste sentido, o PNDH-3 está organizado em seis eixos orientadores: I. Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; e VI. Direito à Memória e à Verdade. Esta política macro de direitos humanos se caracteriza por uma metodologia de aplicação universal a todas as áreas do governo, que compromete todos os órgãos federais em sua implementação.

Não obstante, também podem ser ressaltadas algumas prioridades temáticas na agenda pública de direitos humanos através da observação da própria conformação da institucionalidade principal nesta matéria. Por exemplo, pode-se afirmar que as políticas de gênero e as de promoção da igualdade racial têm uma prioridade refletida na institucionalização da Secretaria de Políticas para as Mulheres e na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Outras áreas que receberam maior fortalecimento institucional dentro da Secretaria de Direitos Humanos foram as políticas para os direitos das pessoas com deficiência e as políticas para os direitos da criança e do adolescente, que contam com secretarias temáticas específicas. Por sua vez, os conselhos nacionais vinculados à SDH revelam ainda uma atenção especial dada às políticas para os direitos de LGBT e do idoso, e também à educação em direitos humanos.

Por fim, a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e o fortalecimento institucional da Comissão de Anistia retratam uma crescente priorização de questões relacionadas à memória e à verdade.

Participación social

No Brasil, há diversos mecanismos formais de participação social, como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas e ouvidorias. Estes espaços institucionalizados de participação são um traço característico do processo de formulação e monitoramento das políticas nacionais. Neste sentido, merecem destaque os conselhos nacionais, vinculados a quase todas as principais instituições nacionais de direitos humanos, assim como a uma grande multiplicidade de órgãos do Poder Executivo, tanto no âmbito nacional, como no estadual e no municipal. Os conselhos são espaços de institucionalização da participação social na definição de temas prioritários da agenda política, assim, como nas distintas etapas de formação, acompanhamento e controle das políticas.

As conferências nacionais, por sua vez, constituem instâncias fundamentais de deliberação e participação nas quais se procura alcançar diretrizes para a formulação de políticas públicas. As conferências são temáticas, convocadas pelas distintas instâncias do poder executivo federal e em

geral contam com a representação paritária de representantes governamentais e da sociedade civil. Estas instâncias de participação vêm sendo cada vez mais utilizadas como etapa prévia para a formulação das principais políticas de direitos humanos do país.

A Política Nacional de Participação Social (PNPS), instituída por decreto presidencial em maio de 2014, buscou consolidar ainda mais o processo de fortalecimento e articulação dos mecanismos e das instâncias democráticas de diálogo e facilitar a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Em 28/10/2014, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de decreto legislativo que derruba a PNPS. Se passar pelo Senado Federal, a PNPS poderá perder a validade.

Producción de información en derechos humanos

Observa-se uma ampla produção de informação institucional sobre as políticas de direitos humanos no país, desde a elaboração de materiais institucionais de difusão, até guias de acesso a direitos, ferramentas de acompanhamento da implementação de políticas públicas e, inclusive, compilações de relatórios de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre os temas prioritários da agenda pública de direitos humanos.

No plano normativo, tem especial relevância a Lei de Acesso à Informação de 2011, uma ferramenta fundamental para a regulamentação e o fomento do acesso à informação e da transparência institucional. Este instrumento legal garante que todo cidadão tenha acesso a dados institucionais dos órgãos públicos, além das informações necessárias para acompanhar os programas e ações destes entes, seus registros de recursos e despesas, processos licitatórios, etc.

Especificamente no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, merecem destaque as atividades realizadas pela Coordenação de Indicadores e Informações em Direitos Humanos. Esta área se encarregou, por exemplo, de desenvolver um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, um portal que reunirá dados dos órgãos federais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale mencionar também a implementação do Observatório do PNDH-3, um portal de acesso público que reúne informações sobre a execução das ações programáticas previstas no Programa. Construído a partir dos dados fornecidos pelos Ministérios e órgãos responsáveis por sua implementação, o portal é uma ferramenta que visa compartilhar, com toda a sociedade, informações sobre as diversas políticas públicas de direitos humanos que vêm sendo desenvolvidas no marco do PNDH-3.

Cabe mencionar ainda as contribuições do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, uma fundação pública federal vinculada à Presidência da República, na produção de conhecimento relacionado à estrutura, organização e funcionamento do Estado brasileiro e de seus arranjos institucionais. Uma das contribuições desta instituição na produção de informação sobre políticas de direitos humanos, é por exemplo a pesquisa desenvolvida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST) sobre a articulação institucional na implementação do PNDH-3.

Instituciones

Além da Secretaria de Direitos Humanos, foram identificados neste mapeamento diversos outros organismos públicos que trabalham diretamente com políticas de direitos humanos. A maioria deles está concentrada no Poder Executivo, já seja outras secretarias com status ministerial diretamente vinculadas à Presidência da República, como é o caso da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), já seja instituições integrantes da estrutura de outros Ministérios, como é o caso e da Comissão de Anistia e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vinculadas ao Ministério de Justiça. Também se constata a existência de diversas comissões legislativas que trabalham com temas de direitos humanos no Congresso Nacional, como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. No Conselho Nacional de Justiça, no Ministério Público da União e no Conselho Nacional do Ministério Público também estão presentes áreas internas e comissões dedicadas à matéria, sendo a principal delas a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Poder Ejecutivo

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Arquivo Nacional	Ministério de Justiça	Área interna, dependencia o programa específico	Archivos
Comissão Nacional da Verdade (CNV)	Presidência da República	Institución consultiva, de asistencia o asesoramiento	Comisiones de verdad
Comissão de Anistia	Ministério de Justiça	Área interna, dependencia o programa específico	Sítios; Reparaciones
Coordenação Nacional de Saúde do Sistema Prisional	Ministério da Saúde	Área interna, dependencia o programa específico	Condiciones de detención
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação	Secretaria Nacional de Justiça	Área interna, dependencia o programa específico	Niñez y adolescencia; Trata de personas
Diretoria de Políticas de	Secretaria de	Área interna, dependencia	Educación y capacitación

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Educação em Direitos Humanos e Cidadania (DPEDHUC)	Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão	o programa específico	en DDHH
Divisão de Direitos Humanos (DDH)	Ministério de Relações Exteriores	Área interna, dependencia o programa específico	Prevenção de la violencia y seguridad ciudadana; Inclusión y derechos sociales; Igualdad y no discriminación
Divisão de Direitos Humanos	Departamento de Polícia Federal	Área interna, dependencia o programa específico	Prevenção de la violencia y seguridad ciudadana
Divisão de Temas Sociais (DTS)	Ministério de Relações Exteriores	Área interna, dependencia o programa específico	Niñez y adolescencia; Personas mayores; Personas con discapacidad; Migrantes; Mujeres; Salud; Trabajo
Fundação Cultural Palmares (FCP)	Ministério da Cultura	Institución principal rectora de políticas públicas	Afrodescendientes
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Ministério de Justiça	Institución consultiva, de asistencia o asesoramiento	Pueblos Indígenas
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)	Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	Organismo de control	Prevenção y sanción de la tortura y malos tratos
Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)	Ministério da Saúde	Área interna, dependencia o programa específico	Pueblos Indígenas
Secretaria Extraordinária para Superação da	Ministério do Desenvolvimento	Área interna, dependencia o programa específico	Inclusión y derechos sociales

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Extrema Pobreza	Social e Combate à Fome		
Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)	Secretaria Geral da Presidência da República	Área interna, dependencia o programa específico	Niñez y adolescencia
Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS)	Secretaria Geral da Presidência da República	Área interna, dependencia o programa específico	Participación y expresión
Secretaria Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Área interna, dependencia o programa específico	Inclusión y derechos sociales
Secretaria Nacional de Justiça (SNJ)	Ministério de Justiça	Institución	Refugiados y asilados
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretarias	Área interna, dependencia o programa específico	Niñez y adolescencia
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Secretarias	Área interna, dependencia o programa específico	Personas con discapacidad
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDDH)	Secretarias	Área interna, dependencia o programa específico	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales; Personas mayores; LGBT; Educación y capacitación en DDHH; Seguridad ciudadana; Prevención y sanción de la tortura y malos tratos

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR)	Presidência da República	Institución principal rectora de políticas públicas	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales; Memoria, verdad y justicia; Infraestructura institucional en DDHH; Prevención de la violencia y seguridad ciudadana
Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos	Secretarias	Área interna, dependencia o programa específico	Infraestructura institucional en DDHH
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR)	Presidência da República	Área interna, dependencia o programa específico	Afrodescendientes
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	Presidência da República	Área interna, dependencia o programa específico	Mujeres; Violencia de género
Secretaria de Reforma do Judiciário	Ministério de Justiça	Área interna, dependencia o programa específico	Acceso a la justicia

Poder Legislativo

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Comissão Mista Permanente de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCVM)	Senado Federal	Comisiones de elaboración de normas o procedimientos	Marcos normativos; Mujeres

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Câmara dos Deputados	Comisiones de elaboración de normas o procedimientos	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Memoria, verdad y justicia; Marcos normativos; Acceso a la justicia
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Senado Federal	Comisiones de elaboración de normas o procedimientos	Marcos normativos; Participación y expresión; Niñez y adolescencia; Mujeres; Personas mayores; Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Memoria, verdad y justicia; Inclusión y derechos sociales
Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Câmara dos Deputados	Comisiones de elaboración de normas o procedimientos	Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales; Marcos normativos; Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Memoria, verdad y justicia
Comissão de Legislação Participativa (CLP)	Câmara dos Deputados	Comisiones de elaboración de normas o procedimientos	Marcos normativos; Participación y expresión
Procuradoria Especial da Mulher	Câmara dos Deputados	Área interna, dependencia o programa específico	Mujeres; Marcos normativos
Procuradoria Especial da Mulher	Senado Federal	Área interna, dependencia o programa específico	Marcos normativos; Mujeres

Poder Judicial

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania	Conselho Nacional de Justiça	Área interna, dependencia o programa específico	Acceso a la justicia

Depart. de Monitor. e Fiscal. do Sist. Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)	Conselho Nacional de Justiça	Organismo de control	Condiciones de detención
--	------------------------------	----------------------	--------------------------

Ministério Público da União

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
6a. CCR: Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais	Ministério Público Federal	Área interna, dependencia o programa específico	Pueblos Indígenas

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)	Ministério Público Federal	Área interna, dependencia o programa específico	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales; Infraestructura institucional en DDHH
---	----------------------------	---	--

Conselho Nacional do Ministério Público

Nombre institución (SIGLA)	Institución superior	Tipo de Institución:	Temas
Com. do Sist. Prisional, Controle Externo da Ativ. Policial e Segurança Pública		Área interna, dependencia o programa específico	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana
Comissão da Infância e Juventude		Área interna, dependencia o programa específico	Niñez y adolescencia
Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais		Área interna, dependencia o programa específico	Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales; Infraestructura institucional en DDHH

Mecanismos de articulación

A principal instituição responsável por articular a formulação, a execução e o monitoramento da política pública em direitos humanos é a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que exerce essa articulação tanto no plano interministerial como no plano federal, em coordenação com as secretarias e conselhos estaduais de direitos humanos. No entanto, um traço bastante característico da conformação da institucionalidade pública no Brasil é a ampla presença dos conselhos de políticas públicas, que nada mais são do que espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo com a finalidade de permitir a participação da sociedade na definição da agenda política, assim como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. Cada conselho está composto por representantes de diversas áreas da administração pública, assim como de organizações da sociedade civil, que trabalham com a temática em questão. Estes conselhos são considerados para os fins deste sistema como "mecanismos de articulação".

Nombre institución (SIGLA)	Institución responsable	Tipo de Mecanismo	Temas
Com. de Igualdade de Oport. de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Defic. e de Comb. à Discriminação	Ministério do Trabalho e Emprego	Mecanismo de articulación nacional intra poder sin participación social	Igualdad y no discriminación

Nombre institución (SIGLA)	Institución responsable	Tipo de Mecanismo	Temas
Com. de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho	Ministério do Trabalho e Emprego	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	Afrodescendientes; Mujeres; Violencia de género
Com. Nac. de Desenvolv. Sustent. dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	Pueblos Indígenas
Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP)	Órgãos colegiados	Mecanismos de articulación nacional interpoderes sin participación social	Reparaciones
Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)	Ministério do Trabalho e Emprego	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Niñez y adolescencia
Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)	Ministério de Justiça	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Pueblos Indígenas
Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH)	Órgãos colegiados	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	Educación y capacitación en DDHH
Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP)	Ministério de Justiça	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Trata de personas
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à	Órgãos colegiados		Prevención y sanción de la tortura y malos tratos

Nombre institución (SIGLA)	Institución responsable	Tipo de Mecanismo	Temas
Tortura (CNPCT)			
Comitê Perm. de Desenvolv. Sustent. dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	Pueblos Indígenas
Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)	Secretaria Geral da Presidência da República	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Niñez y adolescencia
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT)	Órgãos colegiados	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	LGBT
Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)	Órgãos colegiados	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)	Ministério de Justiça	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Condiciones de detención
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPJR)	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Afrodescendientes
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Órgãos colegiados	Mecanismo de articulación nacional intra poder con	Niñez y adolescencia

Nombre institución (SIGLA)	Institución responsable	Tipo de Mecanismo	Temas
(CONANDA)		participación social	
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	Secretaria de Políticas para as Mulheres	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Mujeres; Violencia de género
Conselho Nacional dos Direitos da pessoa com Deficiência (CONADE)	Órgãos colegiados	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	Personas con discapacidad
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)	Órgãos colegiados	Mecanismo de articulación nacional intra poder con participación social	Personas mayores
Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE)	Ministério de Justiça	Mecanismos de articulación nacional interpoderes con participación social	Refugiados y asilados

Normativas nacionales

A Constituição Federal de 1988 é o principal instrumento de garantia dos direitos humanos no Brasil. Seu artigo 1º institui o Estado Democrático de Direito e consagra os princípios fundamentais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, entre outros. O artigo 5º estabelece os direitos e garantias fundamentais, e o artigo 225 trata do direito ao meio ambiente. Com relação à recepção dos instrumentos internacionais de direitos humanos pelo ordenamento interno, somente a partir da Emenda Constitucional nº45/2004, os tratados e convenções internacionais passam a receber status constitucional, desde que aprovados por três quintos dos votos, em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional. Por meio da mesma Emenda Constitucional, o Brasil passa reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional. O Estado Brasileiro também reconhece a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo sido o último país do bloco a formalizar este reconhecimento em 1998.

Título	Tipo de normativa:	Fecha de creación	Temas
Lei Nº 1.060 Assistência judiciária	Ley Nacional	05/02/1950	Acceso a la justicia
Lei Nº 2.889 Define e pune o crime de genocídio	Ley Nacional	01/10/1956	Memoria, verdad y justicia
Lei Nº 4.898 Lei do abuso de autoridade	Ley Nacional	09/12/1965	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana
Lei Nº 7.347 Ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico	Ley Nacional	24/07/1985	Ambiente y recursos naturales
Lei Nº 7.437 Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil	Ley Nacional	20/12/1985	Igualdad y no discriminación
Lei Nº 7.716 Lei Caó: crimes resultantes de preconceito de raça ou cor	Ley Nacional	05/01/1989	Afrodescendientes
Lei Nº 7.853 Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	Ley Nacional	24/10/1989	Personas con discapacidad
Lei Nº. 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente	Ley Nacional	13/07/1990	Niñez y adolescencia
Lei Nº 9.313 Distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS	Ley Nacional	13/11/1993	VIH/SIDA
Lei Nº. 8.878 Anistia a funcionários públicos e	Ley Nacional	11/05/1994	Memoria, verdad y

Título	Tipo de normativa:	Fecha de creación	Temas
retorno ao serviço			justicia
Lei Nº 9.099 Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Ley Nacional	26/09/1995	Acceso a la justicia
Lei Nº 9.455 Lei da tortura	Ley Nacional	07/04/1997	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana
Lei Nº 9.474 Mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951	Ley Nacional	22/07/1997	Refugiados y asilados
Lei Nº 9.807 Proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, e a acusados ou condenados que colaborem à investigação policial e ao processo criminal	Ley Nacional	13/07/1999	Seguridad ciudadana
Lei Nº 10.048 Prioridade para pessoas portadoras de deficiência, idosos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo	Ley Nacional	08/11/2000	Igualdad y no discriminación
Lei Nº 10.098 Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida	Ley Nacional	19/12/2000	Personas con discapacidad
Lei Nº 10.216 Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais	Ley Nacional	06/04/2001	Salud mental
Decreto Nº 4.463 Promulgação da Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Derechos Humanos	Ley Nacional	08/01/2002	Marcos normativos

Título	Tipo de normativa:	Fecha de creación	Temas
Lei Nº 10.559 Lei amplia os direitos dos anistiados políticos	Ley Nacional	13/01/2002	Memoria, verdad y justicia
Lei Nº 10.436 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Ley Nacional	24/04/2002	Personas con discapacidad
Lei Nº 10.741 Estatuto do Idoso	Ley Nacional	01/10/2003	Personas mayores
Lei Nº 10.826 Estatuto do Desarmamento	Ley Nacional	22/12/2003	Seguridad ciudadana
Decreto Nº 5.296 Decreto de Acessibilidade	Ley Nacional	02/12/2004	Personas con discapacidad
Emenda Constitucional Nº 45	Disposición	30/12/2004	Marcos normativos
Lei Nº 11.340 Lei Maria da Penha: violência doméstica contra a mulher	Ley Nacional	07/08/2006	Mujeres; Violencia de género
Lei Nº 12.288 Estatuto da Igualdade Racial	Ley Nacional	20/07/2010	Afrodescendientes
Lei Nº 12.527 Lei de Acesso à Informação	Ley Nacional	18/11/2011	Memoria, verdad y justicia; Acceso a la información
Lei Nº 12.711 Lei de Cotas para o Ensino Superior	Ley Nacional	29/08/2012	Igualdad y no discriminación; Afrodescendientes; Pueblos Indígenas
Lei Nº 12.852 Estatuto Nacional da Juventude	Ley Nacional	05/08/2013	Niñez y adolescencia
Lei Nº 12.990 Lei de cotas raciais no serviço	Ley Nacional	09/06/2014	Afrodescendientes

Título	Tipo de normativa:	Fecha de creación	Temas
público			
Lei Nº 13.010 Lei Menino Bernardo	Ley Nacional	26/06/2014	Niñez y adolescencia

Políticas públicas

O Brasil possui uma ampla gama de políticas públicas dedicadas à promoção e à defesa dos direitos humanos. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), instrumento de caráter programático atualmente em sua terceira versão, é o texto principal que orienta a elaboração de normas e políticas de direitos humanos no país. O PNDH-3, apresentado pelo Poder Executivo em 1009, foi desenvolvido a partir de grande participação popular e está organizado em seis eixos orientadores, com base na lógica da indivisibilidade e da interdependência dos direitos. Sobre as políticas públicas específicas de maior relevância no país, cabe destacar as políticas de promoção da igualdade racial, políticas para as mulheres e para o deficiente físico, entre outras. Além disso, na última década o país avançou enormemente em políticas para a erradicação da miséria e a garantia dos direitos econômicos e sociais, com programas que se tornaram referências internacionais, como o Bolsa Família e o Fome Zero.

Nombre institución (SIGLA)	Institución responsable	Temas
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Com. Nac. de Desenvolv. Sustent. dos Povos e Comunidades Tradicionais	Pueblos Indígenas
Programa Bolsa Família	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Inclusión y derechos sociales
Política Nacional do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos	Personas mayores
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Secretaria de Direitos Humanos	Educación y capacitación en DDHH

Nombre institución (SIGLA)	Institución responsable	Temas
Brasil sem Homofobia	Secretaria de Direitos Humanos	LGBT
Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos	Niñez y adolescencia
Viver sem Limite	Secretaria de Direitos Humanos	Personas con discapacidad
Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3	Secretaria de Direitos Humanos	Prevención de la violencia y seguridad ciudadana; Igualdad y no discriminación; Inclusión y derechos sociales; Memoria, verdad y justicia; Infraestructura institucional en DDHH
Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Igualdad y no discriminación; Afrodescendientes; Pueblos Indígenas
Programa "Brasil Quilombola"	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Afrodescendientes
Política Nacional de Participação Social - PNPS	Secretaria Geral da Presidência da República	Participación y expresión